UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
CENTRO DE CIENCIAS DA NATUREZA II – CCN II
DISCENTE: LAURO RODRIGO OLIVEIRA TEIXEIRA

DO PASSADO AO PRESENTE: *MAPPA GEOGRAFICO DA CAPITANIA DO PIAUHY* (1760)

Orientador: Prof. Dr. Ângelo Alves Correa

Teresina - PI
2024

Lauro Rodrigo Oliveira Teixeira

DO PASSADO AO PRESENTE: *MAPPA GEOGRAFICO DA CAPITANIA DO PIAUHY* (1760)

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Arqueologia pela Universidade Federal do Piauí.

Orientador: Ângelo Alves Correa.

Teresina - PI

2024

Dedico este trabalho, em especial, à memória de Domingos Felix (1934 – 2023) e Fábio Leal. (1987 – 2023) Apesar de não estarem mais presentes entre nós, continuam a me inspirar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao meu orientador, Ângelo, pela paciência e orientações presenciais e virtuais, e por todo o apoio durante o desenvolvimento deste trabalho. Agradeço à minha mãe, por todo o apoio e força incondicionais, e a toda a minha família, que sempre esteve ao meu lado em cada passo dessa jornada. Aos amigos Gabriela, Letícia, Naira, e os demais “nens”, sou profundamente grato pela amizade e pelos momentos compartilhados, que tornaram essa trajetória mais leve e significativa. Agradeço ao Hebert, pela confiança depositada em mim, pelas oportunidades e ensinamentos compartilhados. Um agradecimento ao Mateus Vitor, João Matheus e Giovanna, pelas ajudas constantes, e ao Gabriel, pela presença. A todos, meu sincero agradecimento.

RESUMO

Este estudo visa aprofundar a compreensão do *Mappa Geográfico da Capitania do Piauhy*, um documento histórico com mais de 260 anos, elaborado em 1760 pelo engenheiro militar italiano Henrique Antônio Galúcio, a serviço da coroa portuguesa. Galúcio, também responsável pelos levantamentos da capitania de São José do Piauí e do Mapa Geral do Bispado do Pará, reflete a crescente cientificidade na elaboração de mapas da época. O Mapa tinha como propósito oferecer informações territoriais mínimas sobre o Piauí à coroa portuguesa, governança e instâncias militares. A mudança para uma abordagem mais científica na cartografia, com profissionais de matemática, geografia e astronomia. Os estudos de cartografia histórica, integrando cartografia, história e arqueologia, são essenciais para compreender dinâmicas espaciais passadas. O *Mappa da Capitania do Piauhy* apresenta potencial para estudos arqueológicos, fornecendo detalhes sobre ocupação regional, transformações culturais e econômicas. A pesquisa propõe um estudo arqueotoponímico do Mapa, buscando enriquecer estudos existentes de sítios arqueológicos e pesquisas historiográficas no Piauí. Utilizando mapas históricos, em especial o de Galúcio, desenvolve uma metodologia inovadora para a localização de sítios arqueológicos, explorando informações culturais e cronológicas. A abordagem arqueotoponímica visa identificar topônimos relacionados a aspectos sociais, históricos, culturais e físicos presentes no mapa. O estudo desses nomes de lugares é crucial para compreender a história e a cultura da região, preservando a memória coletiva e o patrimônio cultural. O trabalho destaca a importância dos toponímicos como registros arqueológicos, indicando a existência potencial de sítios arqueológicos associados a elementos importantes para a sociedade local, como tradições, pessoas e eventos.

Palavras-chave: *Mappa Geográfico do Piauhy*; Cartografia histórica; Arqueotoponimia; Arqueologia.

ABSTRACT

This study aims to deepen the understanding of *the Geographic Map of the Captaincy of Piauí*, a historical document over 260 years old, drawn up in 1760 by the Italian military engineer Henrique Antônio Galúcio, in the service of the Portuguese crown. Galúcio, also responsible for the surveys of the captaincy of São José do Piauí and the General Map of the Bishopric of Pará, reflects the growing scientificity in the preparation of maps at the time. The purpose of the Map was to offer minimal territorial information about Piauí to the Portuguese crown, governance and military bodies. The change to a more scientific approach in cartography, with professionals in mathematics, geography and astronomy, is highlighted by Bueno (2004). Historical cartography studies, integrating cartography, history and archaeology, are essential for understanding past spatial dynamics. The Map of the Captaincy of Piauí presents potential for further studies, providing details on regional occupation, cultural and economic transformations. The research proposes an archeotoponymic study of the Map, seeking to enrich existing studies of devastated sites and historiographical research in Piauí. Using historical maps, especially that of Galúcio, he develops an innovative methodology for locating destroyed sites, exploring cultural and chronological information. The archaeotoponymic approach aims to identify toponyms related to the social, historical, cultural and physical aspects present on the map. The study of these place names is crucial to understanding the history and culture of the region, preserving collective memory and cultural heritage. The report highlights the importance of toponyms as destroyed records fall into the potential existence of destroyed sites associated with elements important to local society, such as traditions, people and events.

Keywords: *Piauhy Geographic Map*; Historical Cartography; Archeotoponymy; Archeology.

LISTA DE GRAFICOS

Gráfico 1: Qualidade do Topônimo do mapa de Galúcio 1760.
Gráfico 2: Característica do Topônimo.
Gráfico 3: Origem do Topônimo.
Gráfico 4: Acidente do Topônimo.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - *Mappa Geográfico da Capitania do Piauhy* (1760).
Figura 2 -Quadrante “10/335” “Terras que ainda não se descobrio”
Mappa Geográfico da Capitania do Piauhy (1760).
Figura 3 – Delimitação da área de estudo.
Figura 4 - Percorrimento dentro da área piloto dos dias 18 de março e 12 de agosto de 2023.
Figura 5 – Estrutura da ponte
Figura 6 – Recorte *Mappa Geográfico da Capitania do Piauhy* (1760).
Figura 7 – Recorte ESTADO do PIAUHY (1913).
Figura 8 –Recorte MAPPA PARCIAL do ESTADO do PIAUHY (1914).
Figura 9 – Recorte O Banco de Dados Geográficos do Exército (1999).

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Taxes toponímicas de origem física e antropocultural.
Tabela 2: Tabela com referência geográfica

LISTA DE SIGLAS

CCN II: Centro de Ciências da Natureza 2

GPS: Sistema Global de Posicionamento

LATEC: Laboratório de Arqueologia e Tecnologia

UFPI: Universidade Federal do Piauí

SUMÁRIO

LISTA DE GRAFICOS 7
1 INTRODUÇÃO 13
2 OBJETIVOS 16
2.1 GERAL – SUBSEÇÃO 16
2.2 Específico – Subseção 17
3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA 18
3.1 DA TOPONÍMIA A ARQUEOTOPONIMIA 18
3.2 TOPONIMO E PATRIMONIO 21
3.3 ARQUEOTOPONIMIA E INDICATIVOS DE LOCAIS DE INTERESSE ARQUEOLÓGICO 22
4. METODOLOGIA 23
4.1 METODOLOGIA DE ANALISE DOS TOPONIMOS 23
4.2 METODOLOGIA SOBRE PROCESSO DE MUDANÇA TOPONÍMICA 26
5. RESULTADOS 27
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS 40
REFERÊNCIAS 43
GLOSSÁRIO 46

1 INTRODUÇÃO

Este estudo busca possuir uma melhor compreensão de um documento histórico com mais de 260 anos conhecido e batizado como "*Mappa Geográfico da Capitania do Piauhy*". Conforme Fontona em sua dissertação *A Capitania de São José do Piauhy na Racionalidade Espacial Pombaliana* (1750-1777) (2009), o mapa teria sido confeccionado no ano de 1760 pelo engenheiro militar italiano Henrique Antônio Galúcio, contratado pela coroa portuguesa no século XVIII para prestar seus serviços cartográficos. Galúcio realizou diversos trabalhos no Brasil, conforme mencionado por Assis (2012), e teria iniciado os levantamentos para o mapa da capitania de São José do Piauí em 1759, quando já estava finalizando o Mapa Geral do Bispado do Pará.

A elaboração do *Mappa Geografico da Capitania do Piauhy* (1760) teve como objetivo obter, registrar e compartilhar informações territoriais minimalistas do estado do Piauí para a coroa portuguesa e instâncias de governança e militar. Por isso, podemos observar no mapa uma riqueza de detalhes (Figura 1). Em seu trabalho *Decifrando Mapas: Sobre o Conceito de Território e Suas Vinculações Com a Cartografia*, Bueno (2004), diz que os mapas desta época passaram a ser elaborados de maneira mais científica e sistemática, pois a coroa portuguesa começou a investir em profissionais da matemática, geografia e astronomia, que, juntamente com desenhistas, trabalharam no mapeamento das colônias. Os mapas geográficos têm como objetivo miniaturizar de maneira esquemática alguma área, registrando seus elementos naturais e antrópicos. Desta forma, convertem-se em documentos gráficos que representam o conhecimento de uma determinada área, facilitando o domínio e aproveitamento da região.

Figura 1: *Mappa Geográfico da Capitania do Piauhy (*1760).
Fonte: Assis e Cintra (2006)

De acordo com Bueno (2004), as cartas dos séculos XV e XVI raramente derivavam de observações de áreas afastadas em seus levantamentos. Geralmente, essas observações eram realizadas por viajantes ou pilotos náuticos/locais. No século XVI, na Holanda e na Itália, foi dado o pontapé inicial ao processo de uniformização da linguagem dos mapas. Entre os séculos XVII e XVIII, passou a ser adotado um

sistema de símbolos gráficos com o objetivo de distinguir cidades, vilas, capelas, freguesias, sítios, etc., que a partir de então são representados através de pictogramas, ideogramas e outros símbolos gráficos.

Os estudos da cartografia histórica unem conhecimentos da cartografia, história e arqueologia, onde mapas históricos são estudados para entender as dinâmicas espaciais do passado. Um mapa histórico se configura como um objeto de estudo arqueológico, primeiramente devido à sua materialidade, já que é um produto da atividade humana, entendido, portanto, como um artefato consoante Dunnel em Classificação *em Arqueologia* (2007). Em segundo lugar, por seu valor como documento histórico, permitindo aos arqueólogos acessar informações espaciais sobre eventos passados (conflitos, povoamento, etc.) e comportamento humano em uma época determinada. Dessa forma, permite a localização de sítios arqueológicos e sua vinculação a um tempo e população específicos.

Na arqueologia, são aplicadas técnicas como georreferenciamento e toponímia para a localização e identificação de locais de interesse arqueológico, configurando o que podemos chamar de arqueotoponímia (Seemann, 2005). Esta vertente de estudos dos mapas históricos permite aos arqueólogos obter um entendimento mais profundo e completo sobre seu objeto de estudo, quer seja um sítio arqueológico ou uma paisagem (Vieira, 2016: 88).

O *Mappa da Capitania do Piauhy* (1760) de Galúcio apresenta um significativo potencial para estudos arqueológicos relacionados tanto ao processo de ocupação regional quanto às transformações culturais, demográficas, econômicas, etc. Além de apresentar os primeiros núcleos urbanos da capitania, evidencia muitas ocupações iniciais (sítios, fazendas, aldeias), muitas das quais atualmente se configuram como núcleos urbanos. Guarda muitos topônimos relacionados a povos indígenas e refúgios de escravizados, além de revelar toponímias antigas de diversos acidentes geográficos e povoações. Estas, por si só, já são informações importantes para uma melhor compreensão dos sítios arqueológicos dos séculos XVIII, XIX e XX já identificados e a dinâmica associada ao longo dos séculos.

Contudo, podemos ir mais longe em termos arqueológicos a partir do mapa de Galúcio, já que nele estão também centenas de núcleos de ocupação (sítios,

fazendas, povoações, etc.) que não existem mais de forma ativa na atualidade. Portanto, constituem-se na contemporaneidade em vestígios, artefatos de uma época passada, sendo locais de interesse arqueológico e podendo ser entendidos como sítios arqueológicos. São sítios com pelo menos 260 anos de antiguidade, mas podem remontar a datas ainda mais recuadas para os locais persistentes já registrados no mapa em 1760. Muitos povoados e fazendas foram estabelecidos exatamente onde, durante muito tempo, existiram aldeias indígenas, estas muito mais antigas. Inclusive, dez localidades que no mapa aparecem como "povoação destruída", ou seja, já faziam parte do registro arqueológico na época de sua elaboração.

Sendo assim, o objetivo desta pesquisa é iniciar um estudo arqueotopônimo do mapa em questão, buscando tanto subsidiar com novas informações os estudos de sítios arqueológicos já registrados e pesquisados, quanto pesquisas historiográficas e geográficas do estado do Piauí. Mas o alcance dos resultados aqui almejados vai além, na medida em que também propiciará a elaboração de projetos prospectivos e a detecção de novos sítios arqueológicos. Os sítios arqueológicos detectados já contarão com um marco cronológico e contexto histórico. Quando relacionados a populações indígenas (por exemplo, Aruazes), trarão subsídios para o desenvolvimento de uma arqueologia reversa.

2 OBJETIVOS

2.1 GERAL – SUBSEÇÃO

• Analisar e recuperar, por meio de estudo arqueotoponímico, a toponímia presente no *Mappa Geográfico da Capitania do Piauhy* de 1760, buscando compreender cada topônimo como um local de interesse arqueológico. Visamos, por meio do estudo arqueotoponímico do topônimo "Boca da Mata", presente no quadrante “5/335”, verificar suas mudanças toponímicas em consonância com o processo histórico de ocupação humana regional.

2.2 Específico – Subseção

• Desenvolver uma planilha no software QGIS para aquisição dos dados toponímicos do mapa.

• Sistematizar as informações no mapa a partir de suas características enquanto ilegíveis, parcialmente legíveis e legíveis.

• Realizar análises estatísticas dos dados quantitativos e qualitativos presentes em todo o mapa ou especificamente em cada quadrante ou região amostral.

• Disponibilizar os dados adquiridos no mapa, tornando fácil o acesso para futuras pesquisas.

• Definir, através dos recursos cartográficos e arquetoponímicos a localização dos topônimos Cercado e Boca da Mata, presente no *Mappa geográfico da capitania do Piauhy* (1760).

• Verificar elementos físicos (hidrografia, geomorfologia, outros topônimos) presentes no mapa que permitam a circunscrição de uma área de pesquisa.

• Realizar levantamento bibliográfico sobre os topônimos da área de pesquisa visando reconstituir sua mudança ao longo do tempo.

• Realizar entrevistas com a comunidade da área de pesquisa visando esclarecer informações bibliográfica e adquirir novas informações toponímicas.

• Observar as transformações da toponímia local e definir se as escolhas de nomeação vieram de forma espontânea ou como um discurso de poder.

• Compreender a relação da comunidade com a toponímia da região, estabelecer se essa faz parte de uma memória oficial ou coletiva.

• Realizar uma prospecção oportunista na área de pesquisa em busca de vestígios arqueológicos.

3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

3.1 DA TOPONÍMIA A ARQUEOTOPONIMIA

Uma vertente importante nos estudos de mapas históricos é a análise da toponímia, que se ocupa das denominações dos lugares. O ato de nomear feições espaciais pode ser compreendido como "fazer história espacial que começa e termina com a língua. Pelo ato de nomear, o espaço é simbolicamente transformado em lugar, que, por sua vez, é um espaço com história" (Seemann, 2005: 209). Portanto, as denominações toponímicas são fundamentais para o entendimento de espaços passados nos estudos de cartografia histórica e sítios arqueológicos.

A lexicologia está dividida em duas subáreas: a antroponímia, que busca entender a origem dos nomes próprios das pessoas; e a toponímia, que envolve um trabalho interdisciplinar onde cartografia, linguística, história e arqueologia se relacionam para discutir os topônimos presentes nos lugares, seja um acidente físico, urbano ou rural. Sousa e Martins (2017) em *A Motivação Toponímica na Escolha dos Nomes Geográficos de Origem Indígena da Zona Rrural da Regional do Baixo* Acre afirmam que a antroponímia, além de estudar os nomes próprios individuais, estuda sobrenomes e antonomásia, enquanto a toponímia investiga o léxico toponímico buscando compreender a origem dos nomes próprios dos lugares.

Para Seabra e Santos (2011), em seu trabalho *Análise da Motivação Toponímica de Natureza Física da Comarca de Vila Rica em Registros Cartográficos Históricos*, os topônimos são compostos de elementos linguísticos que conservam os antigos estágios denominativos, são como ícones simbólicos que fornecem importantes informações sobre a origem histórica dos povos, assinalando até mesmo a localidade de sítios desaparecidos com grande precisão. Mesmo que haja alterações na paisagem por meio de ações naturais ou antrópicas, ainda é possível descrever de maneira precisa os seus relevos, indicando a localidade, pois a partir dos topônimos são reveladas uma série de informações daquela localidade. Muitas vezes, as localidades são batizadas com nomes que descrevem o meio ambiente, incluindo fauna e flora, ou informam sobre a vida religiosa, agrícola, etnológica. Estudar os topônimos é considerar a Toponímia "como um imenso complexo línguo-

cultural, em que os dados das demais ciências se interseccionam necessariamente e, não, exclusivamente" (Dick, 1990, p. 16). Como os topônimos estão continuamente sujeitos a transformações ao longo do tempo, causando até mesmo a perda do seu significado original, temos uma dupla dimensão para a toponímia. A primeira refere-se ao espaço geográfico, abordando a função toponímica, e a segunda relaciona-se ao tempo, tratando da memória toponímica. É de grande importância destacar que os estudos toponímicos servem para recuperar informações históricas e contribuem para os estudos arqueológicos (Carvalho, 2012). Dick (1980) afirma que uma das características mais significativas de um topônimo é a possibilidade de ser interpretado como um verdadeiro fóssil linguístico, já que mesmo desaparecendo seu significado ou o motivo pelo qual se originou, as denominações não mudam, permitindo o acesso a passados com diferentes profundidades.

> Realmente, alguns estudiosos da toponímia procuram assim defini-lo em razão da importância de que se reveste como fonte de conhecimento, não da língua falada na região em exame, como também de ocorrências geográficas, históricas e sociais, testemunhadas pelo povo que a habilitou, em caráter definitivo ou temporário (Dick, 1980: 291).

Destarte, os estudos toponímicos se apresentam com uma importante ferramenta para conhecer os aspectos sócio-histórico-culturais dos povos ao nos fornecer

> [...] valiosas informações: i) aponta a origem histórica de povos antigos e a localização, com precisão de sítios desaparecidos; ii) oferece descrições preciosas de relevos, apontando paisagens que já tenham desaparecido em decorrência da ação antrópica ou da natureza; iii) indica a localização de nomes de rochas, estruturas do solo, locais antigamente minerados; iv) aponta um amplo corpus de nomes de lugares que se refere à fauna atual ou desaparecida; v) fornece conhecimento sobre a vida religiosa, agrícola, etnológica, dentre muitos outros dados (SEABRA; SANTOS, 2011, p. 246).

Dentro dos estudos toponímicos, existe o modelo de classificação taxonômica de Dick (1986), inicialmente proposto com 27 categorias, às quais, com as novas pesquisas, foram adicionadas outras "por necessidade de classificar topônimos que não se encaixam na classificação proposta por Dick" (Seabra e Santos, 2011, p. 7). A taxonomia tem a tarefa de dividir os topônimos com base em suas características, classificando-os.

Na década de 1990, Dick, em seu artigo, aborda algumas taxonomias, sendo elas de natureza antropocultural, relacionadas aos aspectos sociais, históricos e culturais, e as de natureza física, que têm relação com o ambiente físico. Podemos observar essas vinte e oito (28) categorias na tabela 01, onde dezessete (17) são de natureza antropocultural e onze (11) de natureza física.

NATUREZA FISICA	NATUREZA ANTROPOCULTURAL
Astrotopônimos	Animotopônimos/Nootopônimos
Cardinotopônimos	Antropônimos
Cronotopônimos	Arqueotopônimo
Dimensiotopônimos	Axiotopônimos
Fitotopônimos	Corotopônimos
Geomorfotôponimos	Cronotopônimos
Hidrotopônimos	Ecotopônimos
Litotopônimos	Ergotopônimos
Meteorotopônimos	Etnotopônimos
Morfotopônimos	Dirretopônimos
Zootopônimos	Hierotopônimos
	Historiostopônimos
	Hodotopônimos/Odotopônimos
	Numerotopônimos
	Poliotopônimos

	Sociotopônimos
	Somatopônimos

Tabela 1: Taxes toponímicas de origem física e antropocultural.

Dentro dos estudos toponímicos, uma nova categoria taxonômica vem sendo utilizada, denominada arqueotopônimo. Estes são topônimos derivados de estruturas ou informações relacionadas a locais de interesse arqueológico (Seemann, 2005; Ballester, 2013). A arqueotoponimia é considerada uma abordagem para auxiliar nas pesquisas arqueológicas, uma vez que os topônimos carregam sentidos culturais e naturais. Além disso, as localidades já batizadas são conhecidas e habitadas por humanos, fornecendo pistas importantes sobre a potencialidade arqueológica do espaço.

Em *Arqueotopónimos hispánicos. Oppidum: Cuadernos de Investigación,* Ballester (2014), alerta que há, muitas vezes, uma referência errônea à arquetoponímia, sendo erroneamente associada a alguma cultura ou grupo étnico. Este estudo busca discernir todos os topônimos de natureza antropocultural, relacionados aos aspectos sociais, históricos e culturais, ou de natureza física.

3.2 TOPONIMO E PATRIMONIO

De acordo com Fernández (2011), os estudos toponímicos são empregados na arqueologia como identificadores de registros arqueológicos. A partir desses indícios toponímicos, é possível encontrar evidências do passado. A toponímia pode ser um indicador valioso da presença de vestígios arqueológicos em locais específicos, mas a relação entre Arqueologia e Toponímia vai além desse aspecto. O estudo de um topônimo associado a um determinado sítio arqueológico pode ser relevante para a análise e interpretação desse sítio, especialmente ao examinarmos como a população local explica certos vestígios e sua ligação com crenças populares.

Ao compreender que um topônimo carrega consigo valor histórico e cultural, podemos iniciar uma discussão acerca da relação entre toponímia e patrimônio (Dos Santos, 2015). O patrimônio de uma sociedade ou comunidade é constituído pelo

conjunto de elementos materiais e imateriais que detêm valor histórico, cultural, artístico, arquitetônico, científico, entre outros.

O patrimônio material refere-se aos bens tangíveis, como edificações históricas, monumentos, sítios arqueológicos, obras de arte e objetos antigos. Esses bens representam a memória coletiva, contam histórias e desempenham um papel crucial na preservação e promoção da identidade cultural.

Já o patrimônio imaterial abrange elementos intangíveis, como tradições, rituais, festas populares, danças, músicas, gastronomia, conhecimentos e técnicas tradicionais transmitidos oralmente. A preservação do patrimônio imaterial visa salvaguardar a diversidade cultural, fomentar a inclusão social e assegurar a transmissão dessas tradições às gerações vindouras.

Além de ter um considerável potencial para ser reconhecido como patrimônio imaterial, a toponímia também pode indicar a possível existência do patrimônio material em determinado período. Isso ocorre porque, por meio dos topônimos, uma variedade de informações sobre a região é revelada. Muitas vezes, as localidades recebem nomes que descrevem o ambiente circundante, incluindo elementos da fauna, flora e aspectos ligados à vida religiosa, agrícola e etnológica, entre outros.

3.3 ARQUEOTOPONIMIA E INDICATIVOS DE LOCAIS DE INTERESSE ARQUEOLÓGICO

No âmbito da identificação de sítios arqueológicos, os arqueólogos adotam uma abordagem científica rigorosa ao definir seus objetivos e elaborar um plano de ação. Esse processo, denominado elaboração de um projeto de pesquisa, desdobra-se em quatro fases essenciais. Inicialmente, há a formulação de uma estratégia de pesquisa, seguida pela coleta e registro de evidências, a etapa de tratamento e análise dessas evidências, culminando na publicação dos resultados obtidos. Importante notar que, na prática, a estratégia de pesquisa é dinâmica, adaptando-se conforme novos dados são recuperados e analisados.

No contexto específico desta pesquisa, a arqueotoponímia emerge como uma ferramenta valiosa para compreender topônimos em uso como indicativos de locais

de interesse arqueológico. Nossa abordagem incluiu a análise de mapas que remontam a até 260 anos atrás, bem como mapas mais recentes, para identificar, por meio dos topônimos, locais que despertam particular interesse para investigações arqueológicas. É notável observar que muitos dos lugares nomeados nos mapas contemporâneos existem atualmente apenas como potenciais sítios arqueológicos, indicando a possível presença de vestígios do passado.

Conforme avançamos nesta pesquisa, a expectativa é confirmar a eficácia dos métodos da arqueotoponímia. A análise cuidadosa desses topônimos ao longo do tempo não apenas ampliará nosso entendimento sobre os povos que ocuparam essas regiões, mas também lançará luz sobre os complexos processos de ocupação territorial. A interseção entre toponímia e arqueologia revela-se, assim, uma via promissora para decifrar as narrativas entrelaçadas na paisagem, proporcionando uma compreensão mais rica e profunda das culturas e comunidades que moldaram o passado dessas localidades.

4. METODOLOGIA

Para a elaboração do trabalho, utilizamos a carta geográfica em formato digital fornecida por Nívia Paula Dias de Assis. Apesar de a imagem apresentar distorções em suas bordas, possui boa resolução (1000 dpi). A pesquisa aborda uma série de estudos realizados pelo LATEC da UFPI desde 2020. A metodologia empregada consistiu em três etapas. A primeira etapa envolveu a coleta de dados totais dos topônimos. Com base nesses topônimos coletados, é definido o local de interesse, e, por fim, são realizadas atividades de campo.

4.1 METODOLOGIA DE ANALISE DOS TOPONIMOS

Devido a antiguidade do mapa e qualidade da reprodução digital nem todos os nomes estão plenamente legíveis, por este motivo buscamos sanar esta dificuldade recorrendo ao software Fotos Microsoft, que permite ampliação e aplicação de filtros que alteram e possibilitam a visualização dos itens do mapa. Com a versão digitalizada do mapa iniciamos seu estudo com o apoio dos softwares Fotos Microsoft versão

2020.20120.4004.0, junto ao Excel, onde foi gerada uma tabela com atributos que facilitam a análise dos topônimos. Cada topônimo encontrasse em um ponto cartesiano do mapa, no qual o qualificamos por meio dos atributos estabelecidos dentro da tabela Excel, definimos no total de oito atributos, a saber:

1) Nome do topônimo: tem como objetivo obter o máximo de letras legíveis dos topônimos e substituir as letras não legíveis por asteriscos preservando a quantidade de letras de cada nome, quando possível, por exemplo, Bananeira, Bana***** ou ****neira;

2) Qualidade do topônimo: busca classificá-lo como legível, parcialmente legível ou ilegível, classificamos como legível o topônimo que possui 100% de suas letras legíveis, como parcialmente legível o topônimo com no mínimo 50% das letras legíveis até aos 99%, e ilegível os topônimos com menos de 50% de legibilidade de suas letras. Em caso de dúvidas em relação a quantidade de letras do topônimo, será registrado como ilegível;

3) Categoria do topônimo: de acordo com a classificação de Dick (1992) por exemplo, antropônimo, para nome de lugares derivado de pessoas, assim como Teresina (PI), hidrotopônimos, nomes relativos a rios, nascentes e riachos, assim como Rio Branco (AC), orotopônimos, nomes que tem relação com o relevo, assim como Planalto/Serra da Boborema. Dick na década de 1990 em seu artigo trabalha algumas taxonomias, sendo elas as de natureza antropocultural, que estão relacionadas aos aspectos sociais, históricos e culturais. E os de natureza física, que tem relação com o ambiente físico.

4) Representação do topônimo na legenda: trata-se dos ícones ou símbolos retratados no mapa, pelos quais o autor representou as vilas, fazendas, cidades e a partir de algumas amostras de cores encontradas no mapa, levaremos em consideração a análise de Assis (2012), como base.

5) Origem do topônimo: este quadrante fica responsável por apontar a etimologia dos topônimos, os definindo como um topônimo de origem africanaindígena, portuguesa, inglesa e assim por diante.

6) Acidente do topônimo: a taxionomia toponímica é dividida em duas, sendo elas consideradas acidentes de natureza antrópica e física, os acidentes antrópicos estão geralmente relacionados a ações e objetos humanos, enquanto as de natureza física estão relacionadas as ações e objetos naturais.

7) Quadrante: delimitado a partir das linhas de coordenadas presentes no mapa, buscando facilitar a localização dos topônimos e permitir estudar suas características de forma setorizada. Como sistemática de trabalho utilizamos os quadrantes do próprio mapa, iniciando no superior esquerdo para a direita, e assim sucessivamente. Para a denominação dos quadrantes adotamos o formato iniciando pelo número de latitude sucedido pelo número de longitude separados por uma barra direita.

8) Data de coleta: se trata apenas da data de coleta de cada topônimo, tendo em mente que esta ação organize e possua um controle sobre o banco de dados.

Após analisar os 88 quadrantes do mapa preenchendo a planilha temos disponível uma grande gama de informações quantitativas e qualitativas. A partir destas informações apuradas realizamos análises estatísticas dos dados por quadrante, de acordo com as suas categorias. Realizamos comparações estatística simples e multivariadas das informações disponíveis por quadrantes ou área utilizando ferramentas de plataformas do Excel e SSPS.

Muitas informações qualitativas puderam ser extraídas e expressas, de modo que podemos medir a precisão dos dados espaciais, bem como a persistência ou mudança de denominações dos topônimos, sendo demonstradas por meio de tabelas comparativas. Também realizamos a produção de monografias descritivas de topônimos considerados mais relevantes para os estudos arqueológicos regionais. No andamento da pesquisa utilizamos outros mapas referentes ao território do mapa de Galúcio (1760), para facilitar a identificação dos topônimos, e ao decorrer da análise notamos alguns erros e repetições de topônimos a saber: *Mappa Geográfico da Capitania do Piauhy e Parte dos Adjacentes* (1761) e o *Mappa geographico da capitania do Piauhy, e parte das do Maranhão, e do Gram Pará* (1816).

4.2 METODOLOGIA SOBRE PROCESSO DE MUDANÇA TOPONÍMICA

Inicialmente, foi realizada uma seleção da localidade "Boca da Mata", presente no quadrante "5/335" do *Mappa Geográfico da Capitania do Piauhy* (1760). A escolha dessa localidade foi baseada em documentação e tabela de atributos catalogada. O objetivo dessa seleção foi observar a mudança toponímica ao longo do processo histórico de ocupação humana regional.

Uma vez que estamos tratando de uma localidade "invisível" nos mapas atuais, a primeira etapa da proposta consistiu em sistematizar informações presentes em documentos históricos, incluindo mapas, a fim de encontrar o posicionamento real da área de interesse. Essa etapa foi denominada como "estudo de gabinete". Durante o estágio de estudo de gabinete, utilizamos dos dados cosmológicos e fisiográficos, como a hidrografia, geomorfologia e outros topônimos, para determinar uma localização aproximada da antiga área denominada Boca da Mata nos mapas atuais. Com posse dessa localização aproximada, inserimos um ponto em um retângulo com cinco quilômetros de lado, limitado pelo rio Parnaíba. Em seguida, coletamos informações em documentos escritos e cartográficos relacionados ao processo de ocupação e mudanças de denominações. Por fim, foi elaborado um mapa que detalha os topônimos atuais e antigos da região demarcada.

A segunda etapa da proposta consistiu nas atividades de campo. Para isso, contamos com o apoio do Gaia GPS, um aplicativo de celular, que nos permitiu usufruir de alguns dos seus recursos, como rastreamento de GPS em tempo real, criação de pontos e gravações de rotas. Durante essa etapa, foram realizadas prospecções oportunistas com o objetivo de evidenciar vestígios arqueológicos na região.

Essas prospecções ocorreram de forma não intervencionista, ou seja, não ocorreu a abertura de poços testes (PT), sondagens ou tradagens. Durante a etapa de campo, percorremos as vias existentes e o entorno, mapeando cuidadosamente os caminhos e características fisiográficas, como núcleos populacionais e propriedades. Também realizamos conversas com os moradores da área, buscando informações sobre a presença de vestígios arqueológicos, como estruturas, artefatos isolados, fito-indicadores e sítios arqueológicos.

O objetivo da pesquisa de campo foi verificar se os dados coletados durante a etapa de estudo de gabinete podem ser confirmados em campo, ou seja, se a área delimitada nos mapas atuais corresponde realmente à antiga localidade denominada Boca da Mata de 1760. Mapeando os processos sucedidos mediante a utilização da arqueotoponímia para a área de pesquisa definida. Uma vez que os topônimos antigos e atuais foram anotados e inseridos em um banco de dados para a elaboração de mapas temáticos. Essas informações foram fundamentais para uma compreensão mais completa do processo de ocupação regional.

5. RESULTADOS

Durante o andamento da pesquisa nos deparamos com alguns problemas envolvendo a caligrafia do autor, existe uma pequena dificuldade na legibilidade de alguns topônimos, algumas vezes causadas por a sobreposição dos ideogramas e pictogramas que estão presente no mapa, principalmente os que apresentam os nanquins com a coloração bem próxima a do nanquim aderido para o registro do topônimo. Este fator dificulta no momento de identificar e registrar o topônimo na planilha, levou a discursão de um método para distinguir os topônimos com a maior dificuldade de apontar a quantidade de letras exatas.

Com muita cautela estes detalhes foram analisados, pois teria um grande impacto caso tenha sido registrado de forma incorreta, pois estamos prezando preservar a forma que está originalmente registrada dentro do documento. Em relação a grafia do autor, podemos salientar que mesmo com o uso dos softwares, algumas letras são difíceis de distinguir e apresentam distorções, em muitas ocasiões por carregar a silhueta de mais de uma letra, e em outras ocasiões não possui a silhueta similar a nenhuma letra.

Ao decorrer da coleta dos nomes é notório erros e repetições de alguns topônimos, no quadrante da longitude “3” e da latitude 334, nomeada na planilha como quadrante “3/334”, observamos uma repetição do nome “do Mara”, onde pode ter ocorrido algum equívoco do autor, no momento de registrar o topônimo “do Maranhão”.

Outro problema que enfrentamos foi com relação a própria escrita das palavras, devido a ausência de regras gramaticais na língua portuguesa no século XVIII, sendo assim, alterando a escrita de muitas das palavras presente no documento, como por exemplo “riaxão” do quadrante “4/335”. Além do mais é notório que alguns topônimos foram abreviados, e algumas dessas abreviaturas dificultaram no momento de decifrar o seu significado, como acontece no quadrante “3/336” com o nome “Ara.”.

Nos deparamos com topônimos que ocupam mais de um quadrante, e por medidas cautelosas decidimos registrá-los desta maneira, para que não ocorra enganos. Os topônimos que têm a qualquer pedaço de seu nome em cima ou ultrapassando a linha de demarcação de qualquer quadrante, foi registrado como pertencente a estes quadrantes. Ocorreu casos de o topônimo ocupar quatro quadrantes diferentes, caso que acontece com o nome “******” que está presente nos quadrantes “9/333; 10/334; 10/333; 9/334”. Aconteceu situações em que os topônimos com mais de uma palavra, estiveram distantes o suficiente para serem considerados um mesmo topônimo, mas com uma análise bastante cautelosa notamos que pertencia a uma mesma localidade, se trata da situação do topônimo “Tabolero alto” do quadrante “8/336”.

A arqueotoponimia é uma abordagem que tem muito potencial de uso e desenvolvimento. Podemos observar alguns quadrantes que não possuem topônimos, mas apenas um destes quadrantes, o “10/335” possuí escrito “terras que ainda não se descobrio”, como podemos ver na figura 2. Temos o conhecimento que se trata de região ocupada na época por grupo indígena Pimenteira que habilitavam a região no século XVIII, desta forma validando a importância do mapa para a detecção de locais de interesse arqueológico e permitindo sua qualificação.

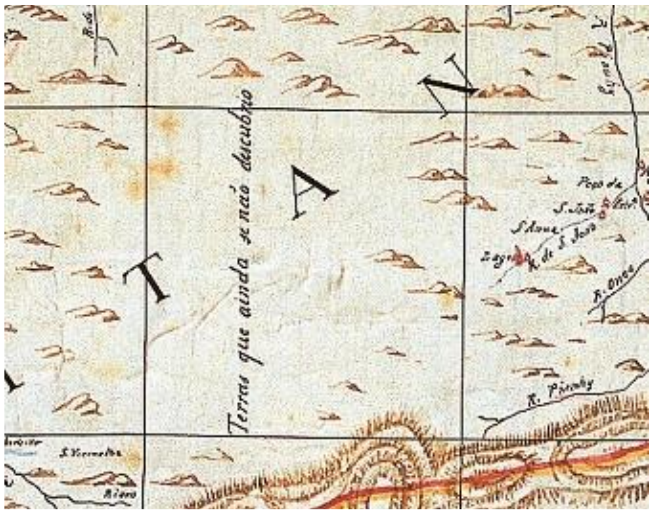


Figura 2: Quadrante “10/335” “Terras que ainda não se descobrio”
Mappa Geográfico da Capitania do Piauhy (1760).
Fonte: Assis e Cintra (2006).

O *Mappa Geográfico da Capitania do Piauhy* (1760) apresenta um total de oitenta e oito (88) quadrantes, indo da longitude "1" a "11", e latitude "3/331". Curiosamente, a latitude 11 está apagada, mostrando apenas parcialidade dos quadrantes da latitude "3/331", o suficiente para que seus algarismos fiquem fora do mapa. Como evidenciado no gráfico 01, coletamos para as análises um total de 573 topônimos. Dessa totalidade, inicialmente, classificamos 517 topônimos como legíveis, 34 topônimos como parcialmente legíveis e 22 topônimos como ilegíveis.

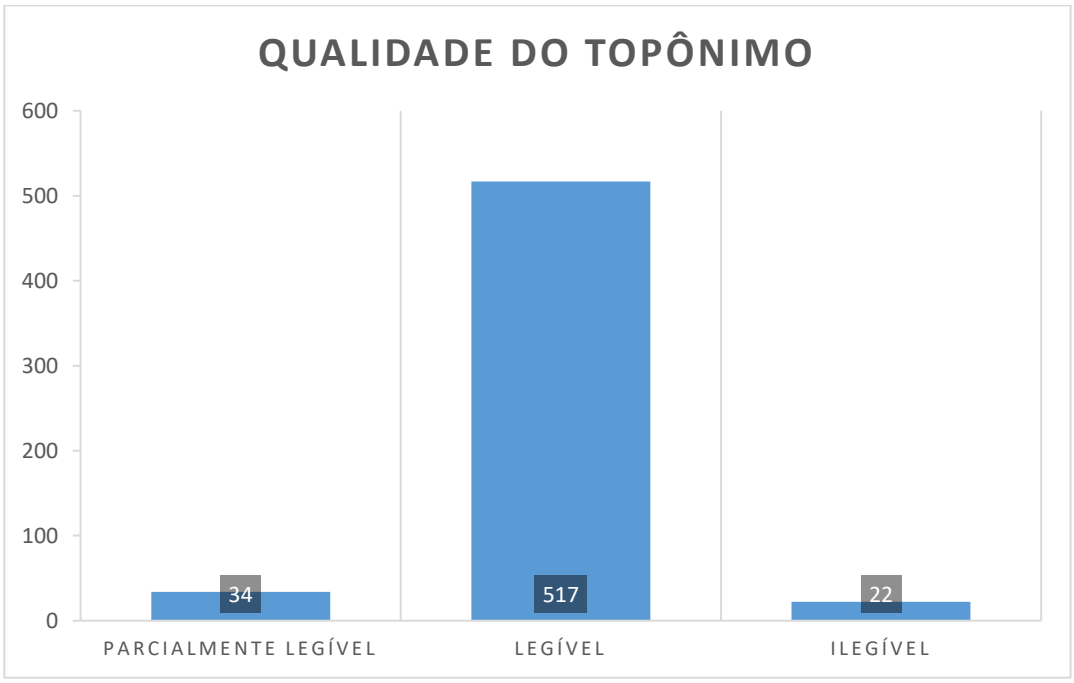
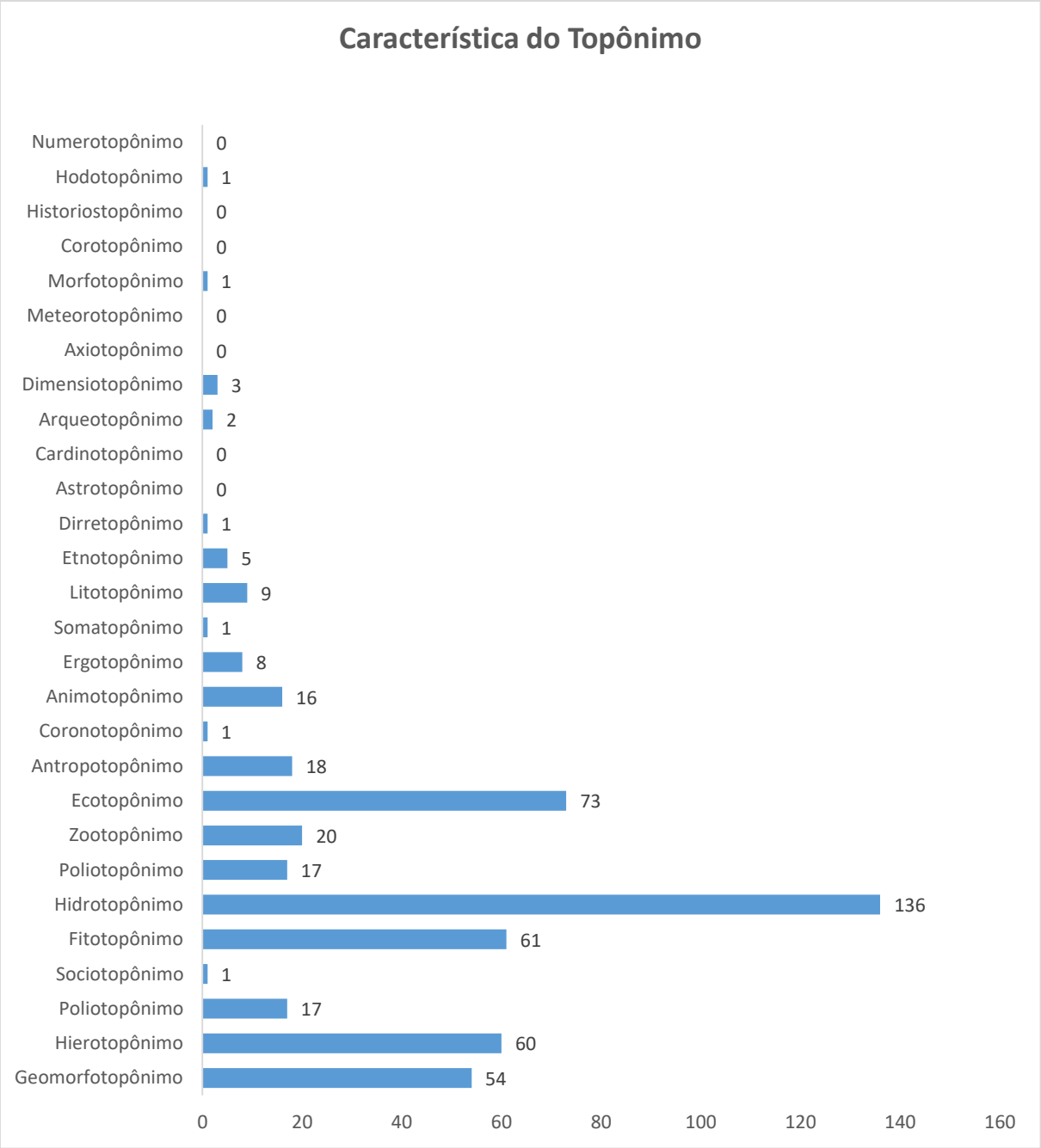


Gráfico 1: Qualidade do Topônimo do mapa de Galúcio 1760.

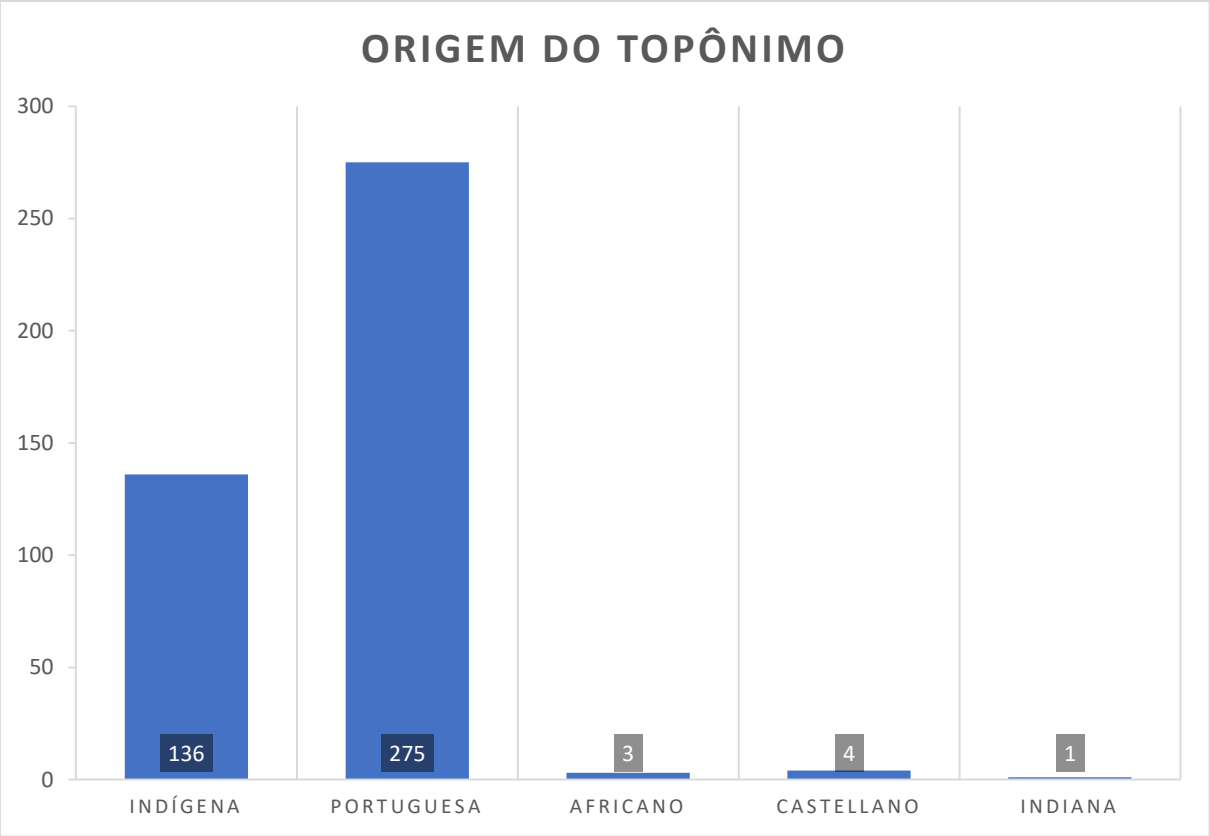
Dos 517 topônimos legíveis e 34 parcialmente legíveis, foi possível atribuir categorias para 488 topônimos, conforme apresentado no gráfico 2. Inicialmente, identificamos um total de 20 taxionomias dentro das 28 possíveis. Observamos uma tendência maior para hidrotopônimos, com 136 topônimos categorizados dessa forma. Os ecotopônimos, com 73 topônimos, foram a segunda categoria mais encontrada no mapa. Em terceiro lugar, com 61 topônimos, encontramos a categoria de fitotopônimos. Logo em seguida, temos os hierotopônimos, com 60 topônimos classificados dessa forma. 54 são geomorfotopônimos, 20 zootopônimos, 18 antrotopônimos, 17 poliotopônimos, 16 animotopônimos, 9 litotopônimos, 8 ergotopônimos, 5 etnotopônimos, 3 dimensiotopônimos, 2 arqueotopônimos, e as taxas hodotopônimo, morfotopônimo, dirretopônimo, somatopônimo, coronotopônimo e sociotopônimo possuem apenas 1 topônimo cada.

Gráfico 2: Característica do Topônimo.



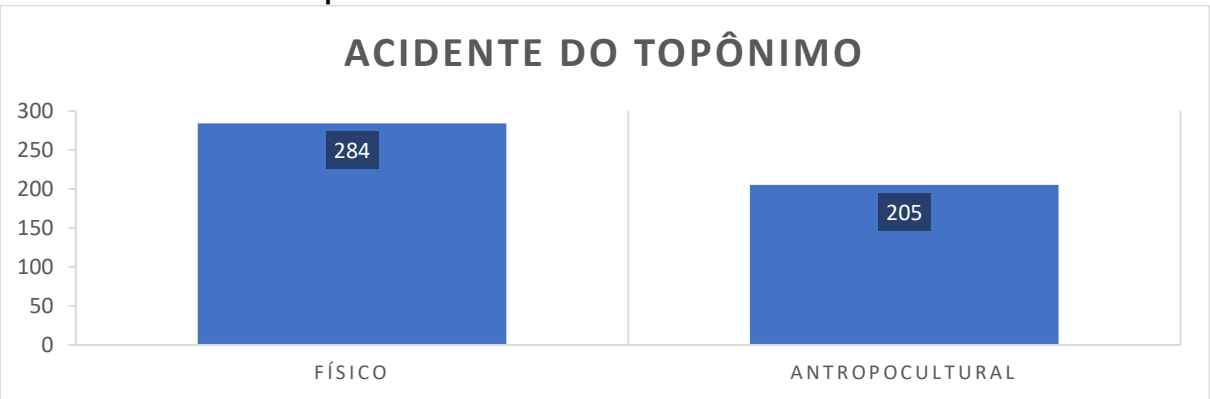
Já na "origem do topônimo" (gráfico 3), buscamos a etimologia das palavras. Inicialmente, das 419 palavras, encontramos cinco etimologias diferentes. Assim, 275 topônimos têm origem portuguesa, 136 de origem indígena, sendo notório que, em sua grande maioria, aquela localidade já não era mais ocupada por povos indígenas. Encontramos 4 de origem castelhana, 3 de origem africana e apenas um topônimo de origem indiana.

Gráfico 3: Origem do Topônimo.



Notamos que dentro dos 488 topônimos de “característica do topônimo” que foram coletados, foram associados a um acidente físico ou acidente antropocultural, como podemos ver no gráfico 4, 284 acidentes são referentes a origem física, enquanto isso 205 são referentes a acidentes de origem antropocultural, embora estejam quantitativamente bem próximos podemos observar um desvio maior para os topônimos de natureza física.

Gráfico 4: Acidente do Topônimo.



Para segunda fase utilizando de softwares como o QGIS 3.22.15 e o Google Earth Pro, foi possível selecionar a área de interesse, conforme proposto na metodologia, formando uma figura que se assemelha a um retângulo com 5 km de comprimento e 2,5 km de largura. A área (Figura 3) foi definida com base em cartas geográficas, incluindo "*Carta Geográfica do Piauí e Parte dos Adjacentes*" (1761), *"Mappa Geografico da Capitania do Piauhy, e Parte do Maranhão, e do Grão Pará*" (1816), "Estado do Piauí" (1913), o banco de dados do Exército (BDGEx) de 1967 e informações contidas no livro "História dos Índios do Piauí" (1994). O livro trouxe informações sobre um antigo presídio indígena na região, que, de acordo com a bibliografia, estava localizado abaixo da Passagem de Santo Antônio na década de 1777. A pessoa à frente desse presídio era João Félix Rego Castelo Branco, possivelmente o filho mais velho de João Henrique Castelo Branco (Baptista, 1994). Para dar continuidade ao desenvolvimento da pesquisa, foram realizadas duas vistorias de campo nos dias 18 de março e 12 de agosto do ano de 2023. Ambos os trajetos foram gravados (Figura 4) pelo Gaia GPS com a intenção de detalhar e amostrar a área explorada.

Figura 3: Delimitação da área de estudo.
Elaborador: Lauro Teixeira (2023)

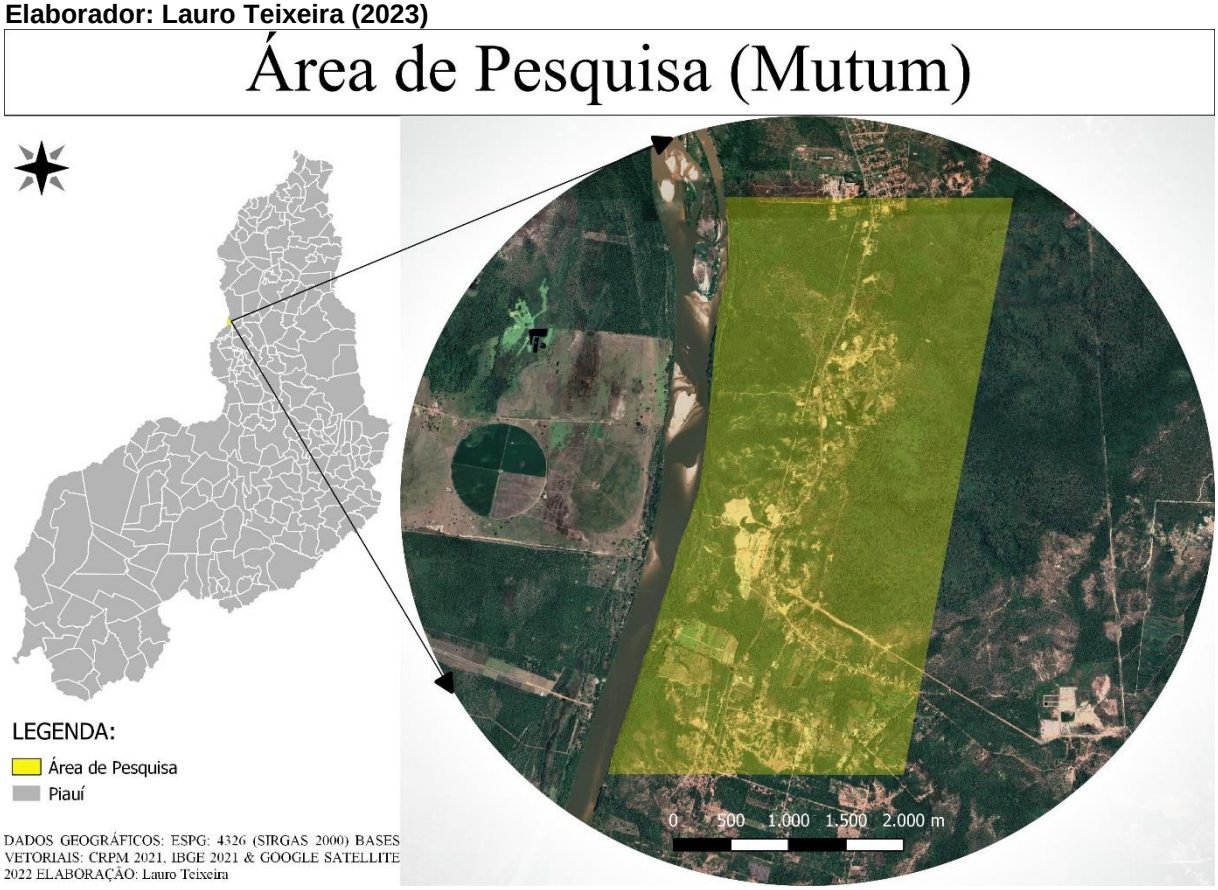
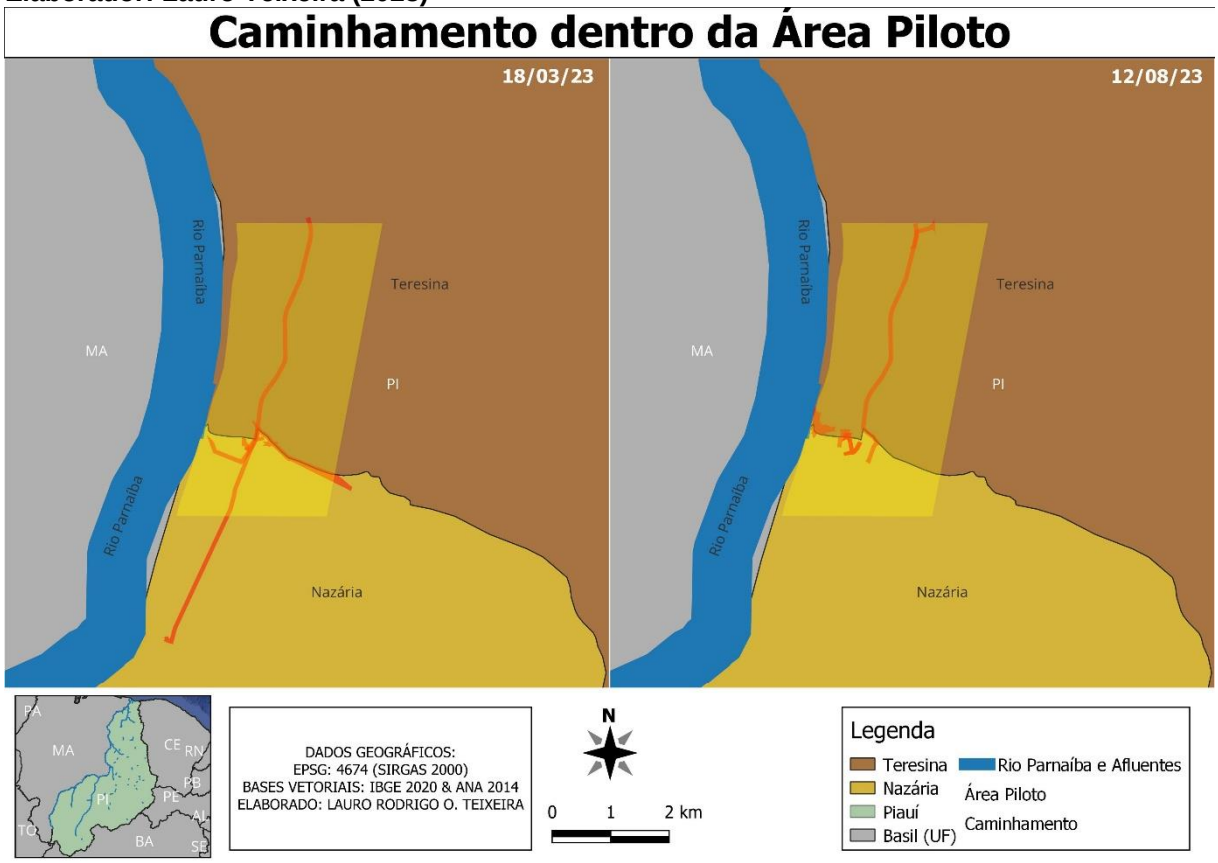


Figura 4: Caminhamento dentro da área piloto dos dias 18 de março e 12 de agosto de 2023. Elaborador: Lauro Teixeira (2023)



Na primeira vistoria, percorremos cerca de 54 km ao todo, uma vez que houve a necessidade de adentrar um pouco mais o município de Nazária (PI). A área que chamamos de "área piloto" não apresentou boas condições para exploração, devido ao excesso de umidade na superfície e regiões alagadas. Assim, percorremos aproximadamente 25,9 km entre Piripiri, Alto da Cruz, Sumaré de Dentro e o centro de Nazária, buscando informações da comunidade para conhecer a história das localidades.

No primeiro momento, priorizamos a obtenção de informações sobre o Mutum. Dona Maria Monteiro da Silva, moradora da região com 63 anos, informou que a localidade foi loteada no ano de 2003. A partir do que foi dito por Dona Maria e Sebastiana Maria de Jesus Santos, de 64 anos e residente na região desde os 12 anos, sabemos que os primeiros moradores da região foram Nezin e Mariana. A localidade de Sumaré foi aberta logo depois de 1970 e tinha gado e uma olaria como

atividades, todas realizadas sob o comando de Ciro, proprietário das terras por um longo período. Contam que por volta da década de 1970 a 1980 existia uma olaria que fabricava tijolos e potes, pertencente aos Nogueiras. Também nos foi mencionado um antigo caminho onde existiu uma ponte, o que nos levou a acreditar inicialmente que se tratava de indícios da antiga fazenda Mutum. A comunidade nos direcionou até Teodoro, mais conhecido como Teodorinho, com 63 anos e residente no Brejo há bastante tempo. Ele vive em um antigo casarão, uma herança familiar que data aproximadamente 150 anos, pois pertenceu a seus avós, Francisco Alves de Carvalho e Lívia Ribeiro de Carvalho. Seu avô foi proprietário de um engenho que produzia cachaça e rapadura. Teodoro nos recomendou procurar Dermeval, irmão de Luiz Carlos. Dermeval vive na comunidade Tambaqui, é conhecido por ser um escrivão e ter um grande apreço pela história do local, possuindo diversos documentos escritos sobre sua posse.

Na segunda vistoria de campo, percorremos um total de 10,2 km. Apesar da menor distância em relação à primeira vistoria, foi igualmente proveitosa, pois havia maior viabilidade em adentrar pelo caminho próximo ao Riacho Morto. Encontramos uma quantidade abundante de tijolos e diversas áreas que indicavam extração, além de uma provável área de irrigação, o que sugere se tratar de uma unidade produtiva de tijolos. Também nos deparamos com a estrutura de uma antiga ponte (imagem 5), contabilizando um total de nove pilares feitos de madeira de lei, caracterizada por sua densidade e dureza.

Figura 5: Estrutura da antiga ponte
Fonte: Acervo do Autor (2023)

A madeira apresentava marcas de machadadas, indicando ajustes para servir como pilar. Além disso, identificamos alguns fitoindicadores, como a Mangueira e o Pé de Urucum. O Pé de Urucum é uma árvore que rebrota e pode ter centenas de anos, enquanto as mangueiras não apresentavam características que indicassem serem muito antigas.

Ao conversar com Dona Benedita Maria de Jesus Silva, observamos que a região atualmente denominada Sumaré de Dentro provavelmente recebeu esse nome devido à mudança da antiga comunidade do Sumaré para essa nova localidade. Buscamos outras pessoas, priorizando as localidades de Alto da Cruz e Piripiri. No Piripiri, conversamos com Regina Maria dos Santos Bispo, de 70 anos de idade, que vive na região desde a década de 60. Ela conta que, desde o surgimento da Cerâmica Cil, a região do Alto da Cruz foi dividida entre Piripiri e São Benedito.

Durante uma conversa com Demerval Pereira da Silva, ele compartilha que possui conhecimento sobre a história de Nazária a partir do ano de 1820, e antes desse período, ele relata que não se sente apto a comentar. No entanto, ele menciona que Francisco Alves (avô de Teodoro) foi o primeiro morador da região do brejo a estabelecer produção em um engenho. Ele menciona as duas famílias, Carvalhos e Carvalhos Juventus, que eram muito influentes na então cidade de Nazária, que naquela época era um povoado. Demerval alega que a olaria da qual encontramos vestígios pertencia à família dos Calidades. Ele também informa que as terras da antiga região do Mutum, antes de pertencerem a Ciro, estavam sob propriedade de Laudemiro Borges Pimentel.

Na tentativa de nos auxiliar a localizar a fazenda Boca da Mata, ele nos informa que existiu uma fazenda com esse nome entre a Cerâmica Cil e a Cerâmica Mafrense, situada logo após o Alto da Cruz. Ele compartilha algumas informações que se estendem um pouco além da área piloto, porém, apontam para novos lugares com potencial, como a fazenda Altamira, localizada na divisa de Curralinho e Nazária. Essa fazenda pertenceu à família Leão e era conhecida por ser um local onde escravos eram punidos.

Durante a pesquisa utilizando o Gaia GPS, coletamos alguns pontos dos achados relevantes, referente as duas vistorias de campo, os quais apresentaram características importantes para o desenvolvimento do estudo, seja em relação a objetos ou ambientes que sofreram influência humana, ou em termos de localizações, conforme ilustrado na Tabela (2) logo abaixo.

Objeto/Ambiente	Zona	Norte	Leste
Riacho Morto	23	532113	4280793
Caieira de coco babaçu	23	532007	4280818
Ponto de encontro do Riacho Morto e Mutum	23	531847	4280894
Antiga Ponte	23	531856	4280905
Aglomerados de tijolos	23	531815	4280886
Área de jazida	23	531797	4280909
Área de deposito de tijolos	23	531824	4280947
Foz do Riacho Mutum	23	531518	4281369
Área de irrigação	23	504425	4278656

Tabela 2: Tabela com referência geográfica
Elaborador: Lauro Teixeira (2023)

Durante as buscas pelo indicativo "Boca da Mata", não encontramos vestígios concretos desse topônimo nos dias atuais. No entanto, é possível que esse nome tenha sido substituído por outro. Devido a essa problemática, foi necessário averiguar em diversos mapas as mudanças toponímicas. É importante investigar se, entre os mapas analisados, ocorre um desvio ou variação do antigo topônimo.

Nos seguintes mapas, podemos observar a dinâmica toponímica, onde alguns nomes deixam de aparecer ou surgem escritos de outra maneira, como Nazária (Figura 6 e Figura 8) e Nazareth (Figura 7). Nas figuras 5 e 6, consta a presença do topônimo "Boca da Mata/Boca da Matta", mas ele desaparece nas figuras 7 e 8. Essa variação na nomenclatura evidencia um processo de transformação ao longo do tempo, que pode ser resultado de diferentes fatores históricos, culturais e administrativos.

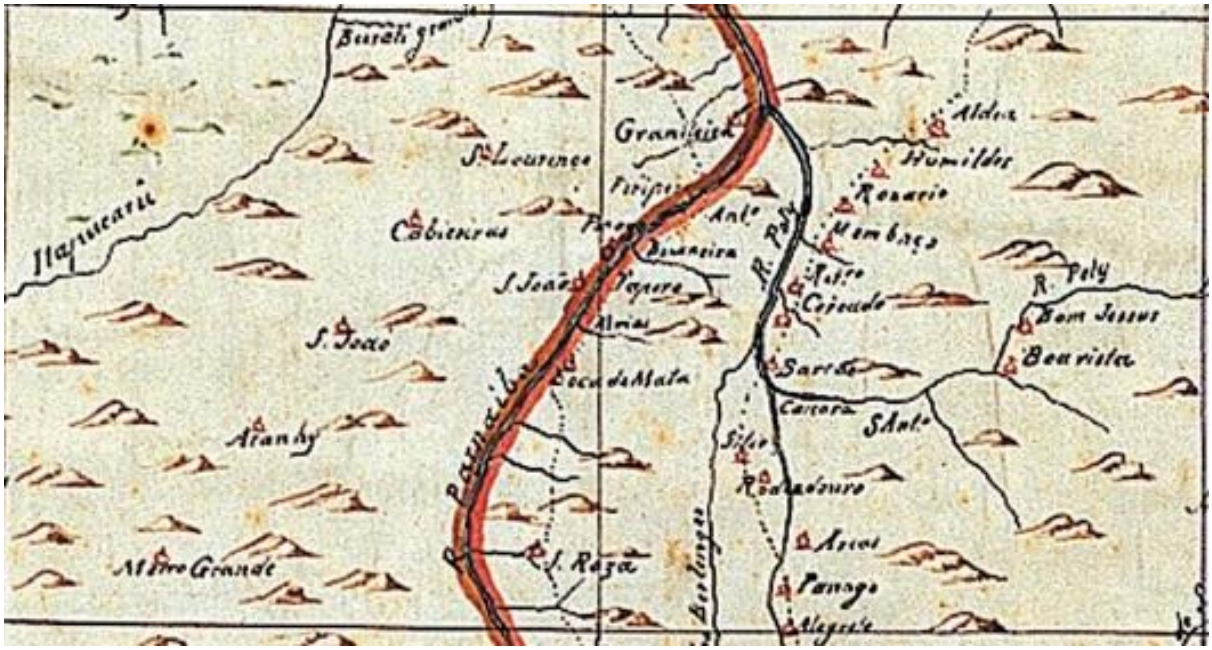


Figura 6: ***Recorte Mappa Geográfico da Capitania do Piauhy*** **(1760).**
Fonte: Assis e Cintra (2006)

Figura 7: Recorte ***ESTADO do PIAUHY*** **(1913).**
Fonte: Arquivo Nacional do Brasil

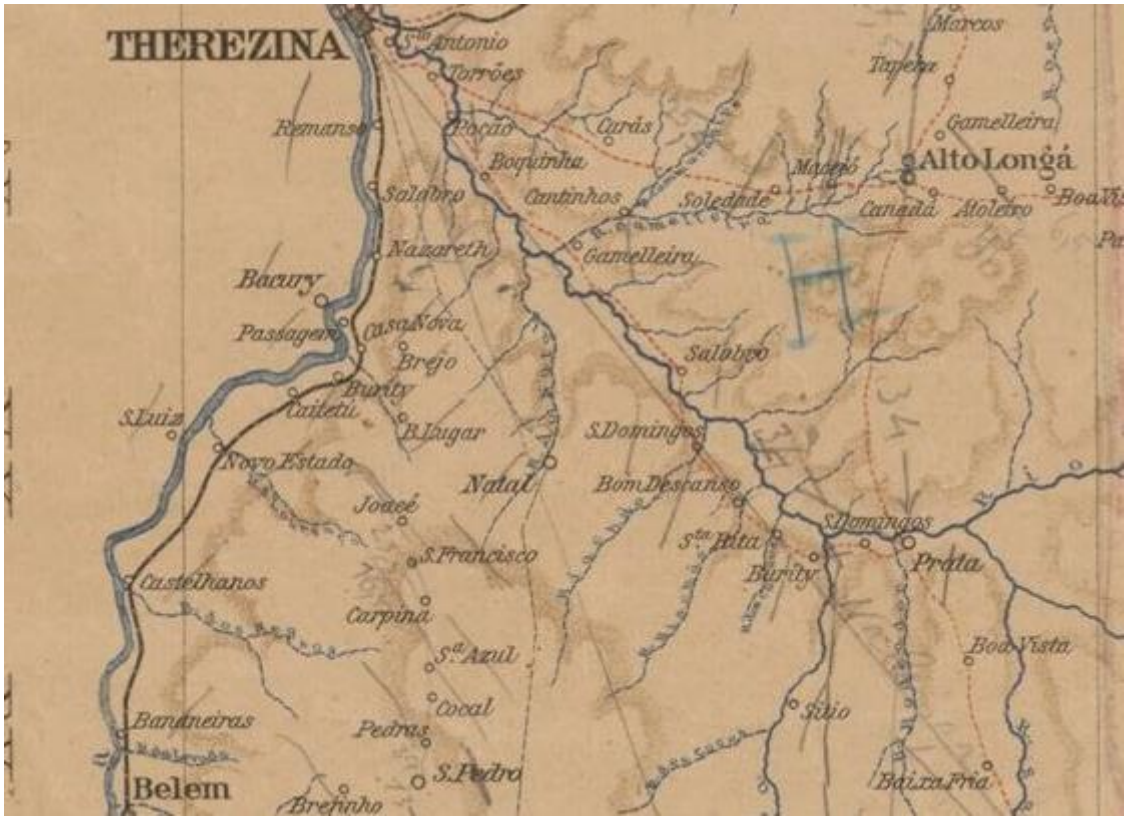


Figura 8: ***Recorte MAPPA PARCIAL do ESTADO do PIAUHY*** **(1914).**
Fonte: Arquivo Nacional do Brasil

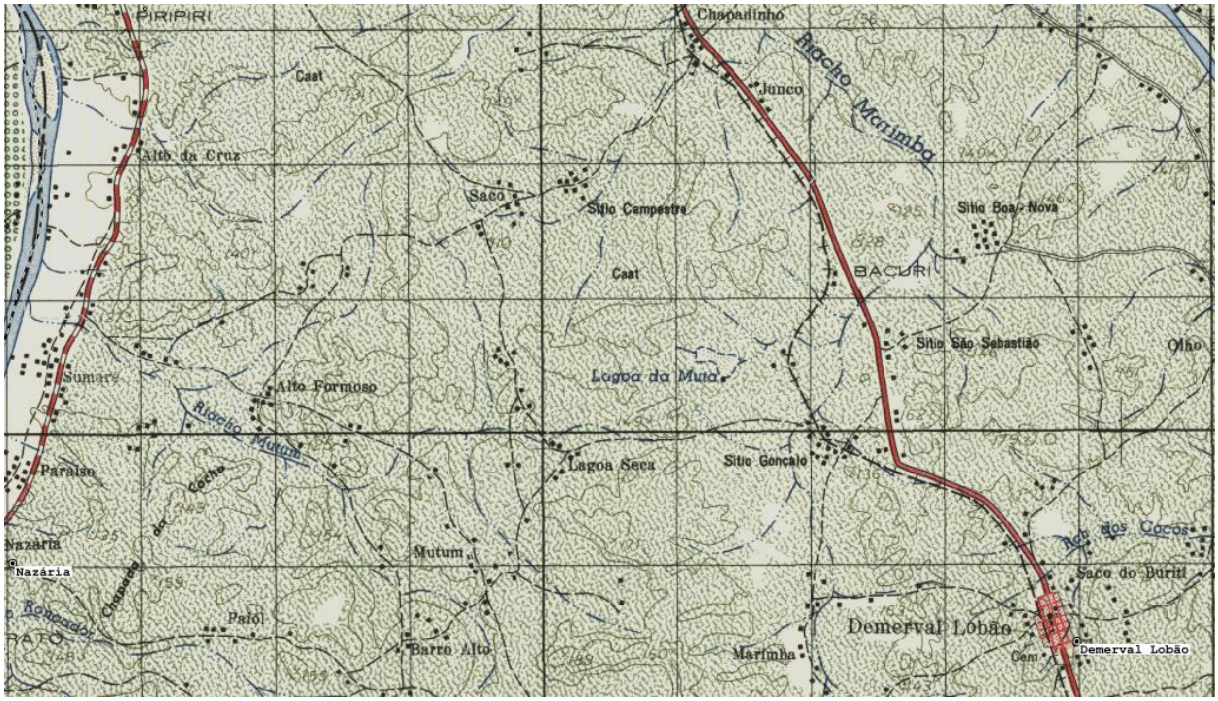


Figura 9: Recorte ***O Banco de Dados Geográficos do Exército*** **(1999).**
Fonte: O Banco de Dados Geográficos do Exército

Conforme observado nas figuras 6, 7, 8 e 9, há indícios de que a localização do topônimo "Boca da Mata/Boca da Matta" está próxima ao "Alto da Cruz". Portanto, é necessário buscar moradores mais antigos da comunidade Alto da Cruz para identificar com precisão o topônimo "Boca da Mata" e entender o processo que justifique o desaparecimento desse nome nos mapas mais atuais. A consulta aos moradores mais antigos da região é crucial, pois eles podem fornecer relatos históricos e memórias que ajudam a esclarecer como e por que tais mudanças ocorreram. Essas fontes podem complementar os relatos orais e fornecer uma visão mais completa do processo de transformação toponímica.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, discutimos a importância da arqueotoponímia nos estudos arqueológicos e como pode agregar valor às pesquisas. Buscamos dissociar o termo arqueotoponímia de uma taxonomia estritamente associada à toponímia. Nesta pesquisa, a arqueotoponímia é vista como uma abordagem de pesquisa para os estudos arqueológicos em geral, distanciando-se das definições dadas na tabela taxonômica de Dick (1990) e no texto de Jöm Seemann (2015), *A Toponímia Como Construção Histórica Cultural*: O exemplo dos municípios do Ceará, que classificam a arqueotoponímia como "nomes de sentido arqueológico, alusivos a objetos materiais (pedras, fortificações e utensílios) ou fatos costumeiros e institucionais (propriedades rústicas, povoados indígenas antigos).

Um dos objetivos desta pesquisa foi identificar localidades com potencial arqueológico a partir dos topônimos registrados no *Mappa Geográfico da Capitania do Piauyh* (1760). Por ser um documento histórico do século XVIII, a legibilidade dos nomes permitiu-nos categorizá-los, fornecendo resultados qualitativos e quantitativos. As pesquisas em arqueotoponímia ainda estão em estágio inicial no contexto da arqueologia brasileira, mas apresentam um potencial promissor.

Ao analisar a carta geográfica de Galúcio de 1760, observamos uma baixa quantidade de topônimos com denominação indígena, o que pode ser interpretado como uma estratégia colonizadora para apagar a memória indígena ou como evidência de que nunca houve uma relação pacífica que permitisse a preservação dos

nomes indígenas antes de sua expulsão ou extermínio. Além disso, encontramos várias evidências de que o documento estudado não foi finalizado, incluindo erros e partes incompletas, como a repetição de alguns topônimos e a não finalização de uma parte da carta geográfica abaixo da longitude 10. No ano seguinte, um novo documento foi elaborado para demarcar o mesmo território.

Com base na análise de mapas históricos para a localização de sítios arqueológicos, como o *Mappa Geográfico da Capitania do Piauhy* (1760), foram usados como ferramentas para sintetizar informações geográficas e culturais, permitindo uma compreensão mais rica das dinâmicas espaciais do passado.

A investigação arqueotoponímia, desempenhou um papel crucial em nossa pesquisa. Por meio do estudo de topônimos em mapas antigos, identificamos possíveis locais de interesse arqueológico. Os topônimos não apenas carregam informações geográficas, mas também revelam aspectos sociais, culturais e históricos de uma região. Através dessa abordagem, traçamos uma linha do tempo e compreendemos como os nomes dos lugares evoluíram ao longo dos anos, fornecendo pistas sobre a ocupação humana e as atividades desenvolvidas.

A pesquisa de campo desempenhou um papel crucial na validação das informações obtidas nos mapas históricos. As prospecções oportunísticas nos permitiram observar vestígios arqueológicos, como tijolos, estruturas e elementos fitoindicadores. O diálogo com a comunidade local também foi valioso, fornecendo informações adicionais sobre a história das regiões exploradas. A delimitação da "área piloto" e a análise dos pontos de interesse identificados em campo nos permitiram obter uma compreensão mais completa da ocupação regional ao longo do tempo.

Ao traçar paralelos entre as informações encontradas nos mapas históricos, a pesquisa de campo e os relatos da comunidade local, conseguimos reconstituir aspectos da história da região. No âmbito do patrimônio, a arqueotoponímia demonstrou sua relevância ao destacar a relação entre toponímia e patrimônio material e imaterial. Os nomes dos lugares estão ligados à memória coletiva e à identidade cultural, fornecendo pistas valiosas sobre práticas, crenças e tradições passadas.

Com base nos recortes (figuras 6, 7, 8 e 9) feitos nos mapas de Galucio (1760), Horatio (1913), José Eustácio (1914) e do exército (1999), é importante considerar a possibilidade de que o nome "Boca da Mata" tenha sido oficialmente substituído ou simplesmente caído em desuso, sendo incorporado a uma nova nomenclatura oficial. A compreensão desse fenômeno pode contribuir para estudos de geografia histórica e cultural, bem como para a preservação da memória local. É crucial investigar além dos mapas. A busca por moradores mais antigos da comunidade Alto da Cruz pode fornecer relatos valiosos, uma vez que suas memórias e experiências diretas podem esclarecer como o nome "Boca da Mata" era utilizado e por que deixou de ser empregado.

Por fim, este estudo ressalta a importância de integrar diferentes abordagens, como a análise de mapas históricos, a pesquisa de campo e o diálogo com a comunidade local, para uma compreensão abrangente da história e ocupação de uma região. A abordagem metodológica apresentada tem o potencial de ser aplicada em outros contextos, contribuindo para a preservação do patrimônio cultural e a construção do conhecimento arqueológico.

REFERÊNCIAS

AMARAL, E. CONTRIBUIÇÕES PARA UMA TIPOLOGIA DE ANTROPÔNIMOS DO PORTUGUÊS BRASILEIRO. **LÓPEZ GARCÍA**, v. 55, n. 1, pág. 63–82, 2011.

ASSIS, N. P**. A CAPITANIA DE SÃO JOSÉ DO PIAUHY NA RACIONALIDADE ESPACIAL POMBALINA (1750-1777)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

ASSIS, N. P.; CINTRA, J. P. O Mappa Geográfico da Capitania do Piauhy, de Antônio Galluzzi. In: 3° Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica.; 2016, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: 2016. p. 63 -72.

BALLESTER GÓMEZ, X. **Arqueotopónimos hispánicos. Oppidum: Cuadernos de Investigación**, 2014, vol. 10, p. 7-18, 2014.

BUENO, Beatriz. Decifrando mapas: sobreo conceito de território e suas vinculações com a cartografia. Anais do Museu Paulista, São Paulo, v. 12, 2004.

CAMPELO, S. M.; EMPERAIRE, L. Toponímia da região sudeste do Piauí. **Cadernos de Pesquisa** Série Antropologia Ufpi, Teresina-PI, v. 4, p. 189 -234, 1985. CARVALHO, A. LÍNGUA E IDENTIDADE CULTURAL: O ESTUDO DA TOPONÍMIA LOCAL NA ESCOLA. **Anais do SIELP**, v. 2, n. 1, 2012.

CARVALINHOS, P.J. Antroponímia: Um velho caminho, um novo instrumental de análise linguística – literária. In: **Revista Álvares Penteado**. São Paulo, v. 4, n. 8, p 115 – 135, 2002.

CASTRO, J. F. M. Cartografia Histórica e Geoprocessamento: O exemplo dos mapas dos padres matemáticos, de 1734, e do cálculo de rendimentos gerais do bispado de Mariana, de 1752. **Revista do Departamento de Geografia** - USP, p. 123 - 140, 2014.

CINTRA, J. P. A Cartografia Digital como Ferramenta para a Cartografia Histórica. In: 1° Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica.; 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Paraty: 2010. p. 1 -19.

CRUZ, F. S. L.; OLIVEIRA, P. J. A Formação do Território Sergipano sob a Ótica da cartografia Histórica. In: 3° Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica.; 2016, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: 2016. p. 6 -15.

COSTA, A. G. *Roteiro Prático de cartografia: da América portuguesa ao Brasil Império.* Belo Horizonte: UFMG. 2007.

DICK, M.V.P.A. A estrutura do signo toponímico. **Língua e Literatura**, n. 9, p. 287-293, 1980.

DICK, M. V. P. A. **Toponímia e Antroponímia no Brasil**. Coletânea de Estudos. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas/FFLCH/USP, 1986.

Dunnell, R. C. ***Classificação em Arqueologia.*** São Paulo: EDUSP. 2007.

FAGGION, C. M.; MISTURINI, B. Toponímia e memória: nomes e lembranças na cidade. **Linha D'água**, v. 27, n. 2, p. 141 -157. 2014.

FREITAS, C. J. A Toponímia no estado de Minas Gerais: estudo dos zoopônimos. **Estudos Linguísticos**, v. 46, n. 1, p. 240 -241, 2017.

GOMES, Marianna; SEABRA, Maria; SANTOS, Márcia. Os geomorfotopônimos em mapas históricos de Minas Gerais. In: **8° Simpósio Luso Brasileiro de Cartografia Histórica**.; 2019, Porto, Baião,

Chaves, Portugal... Porto: 2019. p. 295 -308. SANTOS, Luiz dos. Toponímia, poder e identidade: uma abordagem acerca dos logradouros centrais em São Luís, Maranhão. In: **Geo UERJ**. Rio de Janeiro, n. 28, p. 171 – 195, 2016.

MARY, C.; CORREIA, P. **ESTUDO TOPONÍMICO DOS MUNICÍPIOS BAIANOS: RESULTADO PRELIMINAR Estudo toponímico de municípios baianos: resultado preliminar**. [sl], 2016. Acesso em: 6 ago. 2021.

MOLINA, A. H. "O sesquicentenário do Paraná no contexto escolar": uma experiência com mapas históricos. In: XXIII Simpósio Nacional de História, 23., 2005, Londrina. **Anais...** Londrina: ANPUH, 2005. p. 1 -8.

NASCIMENTO, D. M. **Metodologia do trabalho científico:** Teoria e Prática. 2. ed. Editora Fórum. 2008.

NUNES, V. **TOPONÍMIA E ENSINO: ESTUDO DOS NOMES DE LUGARES DE ORIGEM INDÍGENA NO LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA**. [sl], 18 abr. 2015

MARTINS, Rozangela.; SOUSA, Alexandre. A motivação toponímica na escolha dos nomes geográficos de origem indígena da zona rural da regional do baixo Acre. In: **Tropos:** Comunicação, Sociedade e Cultura. Acre, v. 6. p. 1 – 16. 2017.

PAOLI Ugo Enrico, *Urbs. La vida en la Roma antigua*, trad. J. Farrán & N. Massanés, Editorial Iberia, Barcelona 1981

PEREIRA, B. **O LÉXICO TOPONÍMICO PELA VIA FILOLÓGICA: O ENTRECRUZAR DE LÍNGUA, CULTURA E HISTÓRIA RESUMO**. [sl], 2019. Acesso em: 6 ago. 2021.

PEREIRA, R.; NADIN, O. Taxionomias toponímicas e relações com a Terminologia Taxonomias toponímicas e relações com a terminologia. **Revista de Estudos da Linguagem**, v. 25, n. 1, pág. 2237–2083, 2017.

SANTOS, M. **TOPONÍMIA E INTERDISCIPLINARIDADE: UMA PROPOSTA DE ESTUDO DO LÉXICO PARA TURMAS DO 6 o ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL**. [sl], 2019. Acesso em: 6 ago. 2021.

SANTOS, M.; SEABRA, M. **Anais do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica 1 Memória do patrimônio linguístico de Minas Gerais: Análise da motivação toponímica de natureza física da Comarca de Vila Rica em registros cartográficos históricos**. [sl], 2011. Acesso em: 6 ago. 2021.

SEABRA, M. C. T Costa de; SANTOS, M. M. Duarte dos. Toponímia de Minas Gerais em registros cartográficos históricos. In: Aparecida Negri Isquerdo; Maria Cândida Trindade Costa de Seabra. (Org.). **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. Volume VI. 1ª ed. Campo Grande: UFMS, 2012, v. VI.

SEEMANN, J. **A toponímia como construção histórica cultural:** O exemplo dos municípios do Ceará. **Vivência**, v. 1, n. 29, p. 207 -224, 2005.

SOUSA, A.; MARTINS, R. **A MOTIVAÇÃO TOPONÍMICA NA ESCOLHA DOS NOMES GEOGRÁFICOS DE ORIGEM INDÍGENA DA ZONA RURAL DA REGIONAL DO BAIXO ACRE**. [sl], 2017. Acesso em: 6 ago. 2023.

TIMBÓ M. A. Elementos de cartografia. p. 2: Ed. Departamento de cartografia-UFMG. Belo Horizonte-MG. 2001.

VICENTINA DE PAULA, M.; DICK, A. **A ESTRUTURA DO SIGNO TOPONÍMICO**. [sl], Acesso em: 6 atrás. 2021.

Diário da República, 2. a série PARTE H MUNICÍPIO DE TORRES NOVAS. [sl], 2020. Acesso em: 6 ago. 2021.

GLOSSÁRIO

Acidente físico
Acidente rural
Acidente urbano
Antroponímia:
Arqueotoponímia:
Georreferenciamento:
Lexicologia:
Modelo de classificação taxonômica
Núcleos de ocupação:
Sítios:
Toponímia: